ReGeo ISSN: 2177-3246

INFLUÊNCIA DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS NO PODER DE COMPRA EM FEIRA DE SANTANA NO PERÍODO DE 2019 A 2025

INFLUENCE OF FOOD PRICES ON PURCHASING POWER IN FEIRA DE SANTANA FROM 2019 TO 2025

INFLUENCIA DE LOS PRECIOS DE LOS ALIMENTOS EN EL PODER ADQUISITIVO EN FEIRA DE SANTANA EN EL PERÍODO DE 2019 A 2025

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-117

Data de submissão: 06/06/2026 **Data de publicação:** 21/07/2026

Milena Andrade Déo
Graduanda em Economia
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: Milenandradeo@outlook.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-0777-9231
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4485474360021985

Leandro Batista Duarte
Doutor em Economia
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: lbduarte@uefs.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4968-5368
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4806705572357487

Anna Luiza Souza Mendes Miranda
Graduanda em Administração
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: annaluizaamendes@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-9125-2093
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2012814465988709

RESUMO

Este estudo aborda como a interação entre a dinâmica dos preços dos alimentos e a inflação atua como fator desencadeador da corrosão do poder de compra e do bem-estar social em Feira de Santana. O objetivo da pesquisa é analisar o impacto, entre 2019 e 2025, do custo da cesta básica no orçamento dos trabalhadores locais, ponderando seus efeitos especialmente sobre o salário mínimo. Partiu da premissa de que um valor alto impede que o consumidor aloque sua renda em outros segmentos, além de colocar em risco a segurança alimentar da sua família. Para isso, foi adotada uma abordagem de métodos mistos (qualitativa e quantitativa), utilizando o levantamento estatístico descritivo dos dados do programa "Conhecendo a Economia Feirense" da UEFS, como os valores da cesta e o cálculo da jornada de trabalho necessária para sua aquisição, e a análise dos dados do DIEESE e IBGE, avaliando os efeitos antes, durante e após a pandemia da COVID-19. Os resultados demonstraram que a cesta básica local sofreu um aumento real de mais de 31% em 2022, quando comparada a 2019, além de um comprometimento de 42% do salário mínimo, exigindo mais de 90 horas mensais de trabalho apenas para adquiri-la. Conclui-se que, apesar do recuo do IPCA geral após a pandemia, os preços reais locais resistiram a baixar, evidenciando um impacto que restringe a liberdade de escolha, gera riscos à segurança alimentar e limita o atendimento de outras necessidades básicas para o desenvolvimento familiar.

Palavras-chave: Cesta Básica. Inflação. Salário Mínimo. COVID-19.

ABSTRACT
This study addresses how the interaction between food price dynamics and inflation acts as a triggering factor for the erosion of purchasing power and social welfare in Feira de Santana. The objective of the research is to analyze the impact, between 2019 and 2025, of the cost of the basic food basket on the budget of local workers, considering its effects especially on the minimum wage. It was based on the premise that a high value prevents consumers from allocating their income to other segments, in addition to jeopardizing their family's food security. To this end, a mixed-methods approach (qualitative and quantitative) was adopted, using a descriptive statistical survey of data from the UEFS program "Conhecendo a Economia Feirense", such as the cost of the basket and the calculation of the working hours required for its acquisition, alongside the analysis of DIEESE and IBGE data, evaluating the effects before, during, and after the COVID-19 pandemic. The results demonstrated that the local basic food basket experienced a real increase of over 31% in 2022 compared to 2019, in addition to a 42% commitment of the minimum wage, requiring more than 90 monthly working hours just to acquire it. It is concluded that, despite the decline in the general IPCA after the pandemic, local real food prices resisted falling, showcasing an impact that restricts freedom of choice, poses risks to food security, and limits the fulfillment of other basic needs for family development.

Keywords: Basic Food Basket. Inflation. Minimum Wage. COVID-19.

RESUMEN
Este estudio analiza cómo la interacción entre la dinámica de los precios de los alimentos y la inflación actúa como factor desencadenante de la erosión del poder adquisitivo y el bienestar social en Feira de Santana. El objetivo de la investigación es analizar el impacto, entre 2019 y 2025, del costo de la canasta básica en el presupuesto de los trabajadores locales, ponderando sus efectos especialmente en el salario mínimo. Se partió de la premisa de que un valor alto impide que el consumidor asigne su renta a otros segmentos, además de poner en riesgo la seguridad alimentaria de su familia. Para ello, se adoptó un enfoque de métodos mixtos (cualitativo y cuantitativo), utilizando la encuesta estadística descriptiva de datos del programa "Conhecendo a Economia Feirense" de la UEFS, como los valores de la canasta y el cálculo de las horas de trabajo necesarias para su adquisición, y el análisis de datos del DIEESE e IBGE, evaluando los efectos antes, durante y después de la pandemia de COVID-19. Los resultados demostraron que la canasta básica local experimentó un aumento real de más del 31% en 2022 en comparación con 2019, además de un compromiso del 42% del salario mínimo, requiriendo más de 90 horas mensuales de trabajo solo para adquirirla. Se concluye que, a pesar de la caída del IPCA general después de la pandemia, los precios reales locales resistieron a bajar, evidenciando un impacto que restringe la libertad de elección, genera riesgos para la seguridad alimentaria y limita la satisfacción de otras necesidades básicas para el desarrollo familiar.

Palabras clave: Canasta Básica. Inflación. Salario Mínimo. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Para fundamentar as discussões sobre o poder de compra da população, é essencial, inicialmente, compreender a dinâmica da inflação. Na teoria macroeconômica, ela é um fenômeno caracterizado pelo aumento generalizado que os preços dos bens e serviços sofrem em uma economia. Nesse viés, a ocorrência persistente desse fenômeno provoca uma desvalorização interna da moeda, o que reduz o seu poder de troca e, dessa forma, eleva o custo de vida da população.

Diante desse cenário, cabe à autoridade monetária o controle da liquidez e a busca pela estabilização da economia. De acordo com o Banco Central (2026), é com base nas projeções do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o indicador oficial para a determinação da inflação, que políticas são adotadas a fim de contê-la e minimizar seus efeitos na renda da população. Para além de uma medida quantitativa, as oscilações nos índices inflacionários podem indicar problemas estruturais graves, dependendo de sua intensidade.

Como apontam Triches e Furlaneto (2005), quando a economia se afasta de uma situação de estabilidade monetária, cenários disfuncionais podem surgir, a exemplo dos processos deflacionários (quando há a queda generalizada dos preços) ou dos quadros de hiperinflação (que são uma aceleração nas taxas inflacionárias). O agravamento desses índices prejudica diretamente a distribuição de renda no país, uma vez que o aumento persistente limita o acesso a itens essenciais e penaliza as famílias de menor renda, que são obrigadas a despender a maior parte de seus recursos com despesas básicas de sobrevivência.

Nesse contexto, analisando o cenário de vulnerabilidade, o salário mínimo constitui a variável institucional para a proteção social, funcionando como um instrumento destinado a proteger os trabalhadores e suas famílias contra situações de privação e pobreza. Historicamente, a sua criação no Brasil remonta ao Decreto-lei 399 de 1938, que o definiu como a remuneração mínima necessária para atender às necessidades básicas de um trabalhador adulto, sendo posteriormente alterado pela Constituição de 1946, passando a abranger as necessidades familiares.

De acordo com a Constituição Federativa Brasileira de 1988, esse piso legal deve ser suficiente para atender às demandas vitais e reprodutivas das famílias, abrangendo segmentos essenciais como alimentação, habitação, educação e saúde. Ao longo das décadas, o poder de compra real do salário mínimo passou por grandes variações, sofrendo perdas significativas sempre que os reajustes nominais não foram suficientes para acompanhar ou superar os períodos de inflação elevada.

Por fim, a ligação mais direta entre a política salarial e o nível de preços está no custo da cesta básica, cuja inflação afeta diretamente a segurança alimentar da população mais vulnerável. O aumento acelerado dos preços dos alimentos compromete o orçamento das famílias e é uma das principais

causas da insegurança alimentar, forçando as famílias a restringirem a quantidade e a qualidade dos alimentos adquiridos (Santos, 2023). Essa diferença entre os reajustes do salário mínimo e a inflação dos produtos essenciais faz com que o valor real do salário caia bruscamente, gerando um ciclo de dificuldades. Como resultado, os consumidores passam a substituir alimentos por itens mais baratos e menos nutritivos, além de terem comprometido outras despesas fundamentais, como moradia e transporte.

No Brasil, a população já apresenta bastante dificuldade para lidar com os constantes aumentos dos preços dos alimentos naturalmente e, essa situação ainda se agravou durante a pandemia onde muitos trabalhadores ficaram desempregados e consequentemente sem renda para consumir a cesta básica. Como medida de enfrentamento da pandemia da COVID-19, o auxílio emergencial foi criado com o objetivo de preservar o poder aquisitivo das famílias. Segundo dados do Ministério da Economia (2025), o auxílio emergencial (AE) foi um benefício importante para o enfrentamento do cenário pandêmico iniciado em 2020, alcançando cerca de 75 milhões de beneficiários e ajudando a mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus ao proporcionar uma renda para a população em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, como aponta Morais (2022), a medida, apesar de colaborar significativamente com a revitalização da economia, não foi suficiente para superar os impasses de renda sofridos principalmente pela parcela mais pobre que enfrentava o desemprego e, consequentemente, a diminuição de seus rendimentos. Ademais, durante o período, houve a desaceleração da produção e uma menor oferta, o que também afetou os itens essenciais, como os que compõem a cesta básica. Como resultado, notou-se um impacto nos preços dos bens e uma redução no poder de compra das famílias.

As variações de preço observadas no período da pandemia são entendidas por Souza Costa *et al.*, (2024) como consequência das medidas de controle necessárias para restringir a disseminação do vírus, tais como a paralisação de muitas atividades produtivas e a retração social. Desse modo, essas medidas colaboraram para as oscilações da demanda e insuficiência de insumos, afetando a produção e a rede de abastecimento. Diante disso, os efeitos foram percebidos no aumento dos preços dos alimentos, na oferta de empregos e na geração de renda.

Em virtude disso, faz-se necessária a discussão acerca dos impactos da pandemia no país, sobretudo em relação à disparidade no enfrentamento das dificuldades na obtenção de um padrão mínimo de vida, como aponta Maluf (2020). Nesse viés, as limitações impostas pela pandemia, que acarretaram a diminuição da renda de uma grande parcela da população, são reflexos da desigualdade percebida no Brasil e dificultaram o acesso aos itens básicos essenciais, como a alimentação.

Portanto, o presente estudo faz uma análise de quanto o valor da cesta básica comprometeu mensalmente o salário mínimo antes, durante e depois do período classificado como a pandemia da COVID-19. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2023), em 2022, o valor da cesta básica aumentou nas 17 capitais onde o órgão realizou mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Este estudo será de fundamental importância para evidenciar o quanto a cesta básica pode comprometer o salário mínimo, somados aos outros itens que uma família precisa atender além da alimentação.

Neste contexto, para se entender como a inflação afeta diretamente a vida das famílias brasileiras, será preciso resgatar o contexto histórico desse tema para o caso brasileiro, observando então por que a inflação pode ser uma contramão para o desenvolvimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de poder de compra pode ser entendido como a capacidade de aquisição que os consumidores possuem para obter bens ou serviços com uma determinada quantidade de dinheiro. Nessa perspectiva, utiliza-se como parâmetro a comparação entre o passado e o presente: se antes um determinado valor comprava uma quantidade específica de produtos, atualmente nota-se que os consumidores precisam despender mais recursos para manter o mesmo padrão de consumo. De acordo com Higino (2021), essa dinâmica está diretamente ligada ao cenário econômico do país, uma vez que os índices inflacionários impactam o consumo e o orçamento das famílias, forçando uma adaptação para que as necessidades básicas continuem sendo supridas diante a desvalorização da moeda

Segundo o Banco Central (2026), a inflação elevada atua diretamente na corrosão do poder de compra, prejudicando o planejamento das famílias e das empresas. Para mitigar esse impacto e preservar o valor real do dinheiro, o Banco Central utiliza a política monetária, tendo a taxa Selic, definida pelo Copom, como principal instrumento para manter a inflação alinhada à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Dessa forma, a estabilidade de preços é vista como uma condição essencial para o crescimento econômico sustentável e para a manutenção do bem-estar social.

Paralelamente, destaca-se que a cesta básica de alimentos constitui um elemento importante para a compreensão de como a corrosão do poder de compra afeta a população, especialmente a parcela mais vulnerável. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) entende a cesta básica como um conjunto de treze itens (carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, banha/óleo e manteiga) necessários para garantir as quantidades de nutrientes adequadas para um trabalhador adulto. Essas quantidades

remontam ao Decreto-Lei n° 399, de 30 de abril de 1938, que atualmente ainda vigora. (DIEESE, 2016).

Apoiando a análise dos gastos com os itens alimentícios e o impacto no cotidiano das famílias, é fundamental recorrer ao conceito de elasticidade. Segundo Varian (2015), a elasticidade é definida como uma medida que quantifica a sensibilidade, indicando o quanto a demanda por um determinado bem reage a alterações em variáveis como preço ou renda. Nesse contexto, ela permite identificar se o consumidor possui flexibilidade para alterar seus hábitos de consumo ou se ele se encontra em uma posição de dependência em relação a um produto devido a essencialidade do item. Assim, a elasticidade não se resume apenas a números, mas representa uma ferramenta importante para a compreensão do comportamento do consumidor diante das escolhas econômicas e das restrições impostas pelo orçamento.

No que tange à elasticidade-preço da demanda, a teoria microeconômica distingue os bens de acordo com o grau de sensibilidade dos consumidores às alterações nos preços. Conforme Varian (2015), bens que possuem poucos substitutos próximos e que atendem a necessidades básicas são classificados como tendo uma demanda inelástica. Isso significa que a variação percentual da quantidade demandada é consideravelmente menor que a variação percentual do preço, o que revela uma rigidez (ou dependência) no consumo.

Nesse viés, no caso dos itens essenciais, como os componentes da cesta básica, a essencialidade do produto pesa mais que o preço, uma vez que o consumidor não dispõe de alternativas viáveis para substituir os itens de subsistência, o que mantem o consumo inalterado mesmo diante de cenários inflacionários.

Por outra análise, verifica-se a relação entre renda e consumo de alimentos, detalhada pela Lei de Engel. Ernst Engel, estatístico alemão, demonstrou que a proporção da renda despendida com os alimentos diminui à medida que a renda cresce. Tal perspectiva exemplifica como uma cesta de alimentos mais cara tem impacto maior sobre o orçamento das famílias de rendas menores do que maiores.

Nesse contexto, a elasticidade-renda, que mede a sensibilidade da demanda por um produto frente a uma variação de renda, mostra que os itens mais saudáveis, como produtos orgânicos e *light/diet* têm uma elasticidade-renda positiva, isto é, seu consumo aumenta quando a renda aumenta, conforme os estudos de Hoffman (2003). Dessa forma, a limitação da renda e os altos preços dos alimentos ameaçam não só a nutrição do consumidor, mas a segurança alimentar de sua família.

Outrossim, analisa-se o cenário inflacionário provocado pela pandemia da Covid-19, iniciada em março de 2020. O choque simultâneo de oferta e demanda gerou uma forte pressão nos preços,

resultando numa inflação elevada principalmente a partir de 2021. De acordo com Sampaio e Weiss (2023), o setor de alimentos e bebidas passou a apresentar alta inflação mesmo antes do IPCA se deslocar da meta, “em novembro de 2020, por exemplo, o IPCA estava em confortáveis 4,3% a.a., enquanto a inflação de alimentação e bebidas chegava a quase 16% e alimentação no domicílio a 19,5%” (Sampaio; Weiss, 2023, p. 95).

Diante disso, Galindo *et al.* (2023) verificaram a incidência de domicílios em situação de insegurança alimentar, constatando que a dificuldade do acesso a uma nutrição de qualidade atingiu a expressiva marca de 59,4% dos lares pesquisados entre agosto e dezembro de 2020. O estudo revela ainda que o descompasso no consumo de itens saudáveis foi agravado com crise econômica pandêmica, evidenciando as restrições que os domicílios brasileiros passaram a enfrentar para garantir a subsistência básica.

Ademais, ao analisar as estratégias empregadas por alguns municípios baianos para tentar mitigar os impactos da pandemia do Covid-19, especialmente nas famílias de maior vulnerabilidade social, Santana *et al.* (2022) concluíram que as medidas (tais como incentivos fiscais e distribuição de cestas básicas, entre outros), apesar de importantes, foram insuficientes frente a magnitude dos efeitos da pandemia. Esse cenário deriva especialmente do forte histórico de fragilidade que não muda ao longo do tempo e foi acentuado com as consequências do período.

Portanto, como evidência Santos (2023), o aumento dos preços dos alimentos nos últimos anos tem constituído uma das principais causas da insegurança alimentar, afetando de maneira mais intensa aqueles lares que contam com rendimentos mais baixos, como a remuneração mínima, pois destinam a maior parte de sua renda à alimentação. Nesse viés, tanto a inflação quanto a disparidade entre as remunerações vigente e necessária intensificam a insegurança alimentar e resultam em uma redução no poder de compra, forçando as famílias a restringirem a quantidade e a qualidade dos alimentos adquiridos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo constitui uma expansão e continuação da pesquisa iniciada por Déo e Duarte (2026). Enquanto o trabalho anterior focou exclusivamente no ano de 2022, esta investigação aplica a mesma estrutura metodológica para uma análise longitudinal, compreendendo o período de 2019 a 2025.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem de métodos mistos, combinando as perspectivas qualitativa e quantitativa para um entendimento abrangente do tema estudado. Segundo Creswell e Plano Clark (2013), ao integrar as análises quantitativa e qualitativa, os métodos mistos possibilitam

uma compreensão mais profunda do objeto de estudo, oferecendo respostas que uma única abordagem não seria capaz de fornecer sozinha. Nesse sentido, o estudo integra o levantamento estatístico descritivo dos preços da cesta básica e o cálculo do poder de compra (vertente quantitativa) à análise do contexto econômico de Feira de Santana (BA) no período de 2019 a 2025 (vertente qualitativa), com o fito de que os indicadores numéricos obtidos sejam interpretados considerando as particularidades do cenário local e as variações no salário mínimo, indo além da descrição puramente estatística.

Para os procedimentos quantitativos, a coleta de dados sobre a cesta básica em Feira de Santana vincula-se ao Programa **"**CONHECENDO A ECONOMIA FEIRENSE: Custo da Cesta Básica e Indicadores Socioeconômicos" e ao projeto de pesquisa "CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA: análise sobre o comportamento e fatores determinantes do preço da cesta". Ambas as iniciativas são coordenadas pela docente Dra. Verônica Ferreira Silva dos Santos e desenvolvidas pelo curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com área de atuação na zona urbana do referido município.

O recorte temporal da análise compreende os 12 meses de cada ano entre 2019 e 2025. Estes anos foram especificamente escolhidos para permitir o confronto dos resultados nos períodos anterior, durante e posterior ao início da pandemia da COVID-19. Primeiramente, o estudo realizou o levantamento dos preços mensais dos 12 produtos que compõem a cesta básica em Feira de Santana, abrangendo estabelecimentos (supermercados, padarias, feiras e açougues) que integram a amostra representativa do consumo local, distribuídos pelas regiões cadastradas. Com os preços coletados mensalmente, calculou-se a média aritmética dos valores por tipo de estabelecimento. Por fim, o preço médio de cada item, multiplicado pelas quantidades predefinidas, indica o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja somatória constitui o custo mensal da cesta básica.

Essas informações estão disponíveis no sistema do programa mencionado e foram fundamentais para analisar o comportamento dos preços e seus impactos no poder de compra do consumidor. Depois de obter o custo da cesta, foi feito o cálculo das horas que o trabalhador precisa trabalhar para comprá-la mensalmente, usando como base o salário mínimo de 2019 a 2025. Para saber qual foi a jornada de trabalho mensal necessária para adquirir a cesta básica, dividiu-se o salário mínimo vigente pela jornada de trabalho definida na Constituição (220 horas por mês, desde outubro de 1988) (DIEESE, 1993), chegando à seguinte equação:

$$\frac{SM}{220} = \frac{CCB}{JTM} \qquad (1)$$

Desenvolvendo a equação (1), tem-se à seguinte equação (2), sendo esta a que será utilizada para as análises de dados e discussões:

$$JTM = \frac{CCB}{SM} x\,220 \qquad (2)$$

Em que: CCB é o custo da cesta básica; JTM é a jornada de trabalho mensal; SM é o salário mínimo. Com base na equação 2, foram obtidas as horas que o trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para comprar a cesta básica. Além disso, o DIEESE (1993) calcula o salário mínimo necessário para cobrir despesas como alimentação, moradia e vestuário, considerando uma família de dois adultos e duas crianças. Esse cálculo leva em conta o percentual gasto com comida, conforme a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Para isso, o DIEESE utiliza o maior valor da cesta básica entre as capitais pesquisadas e multiplica esse valor por três para chegar ao gasto alimentar da família. Por fim, o custo médio da cesta obtido foi aplicado na equação 2 para definir a jornada de trabalho necessária para adquiri-la, usando o salário mínimo como referência.

Quanto à abordagem qualitativa, a análise não se restringe apenas aos resultados estatísticos, mas busca interpretar as variações dos preços com base no referencial teórico e do contexto econômico do período. Para tal, utiliza-se a técnica de análise documental e bibliográfica, confrontando os dados obtidos com as discussões teóricas sobre salário mínimo e poder de compra. Essa etapa permite compreender como fatores externos, especialmente o cenário da pandemia de COVID-19, influenciaram a dinâmica do custo de vida em Feira de Santana, qualificando a discussão sobre o bem-estar social do trabalhador para além dos índices numéricos.

Como fonte de dados, o estudo utilizou informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. O estudo utilizou como *software* estatístico as planilhas de Excel.

4 RESULTADOS DE DISCUSSÕES

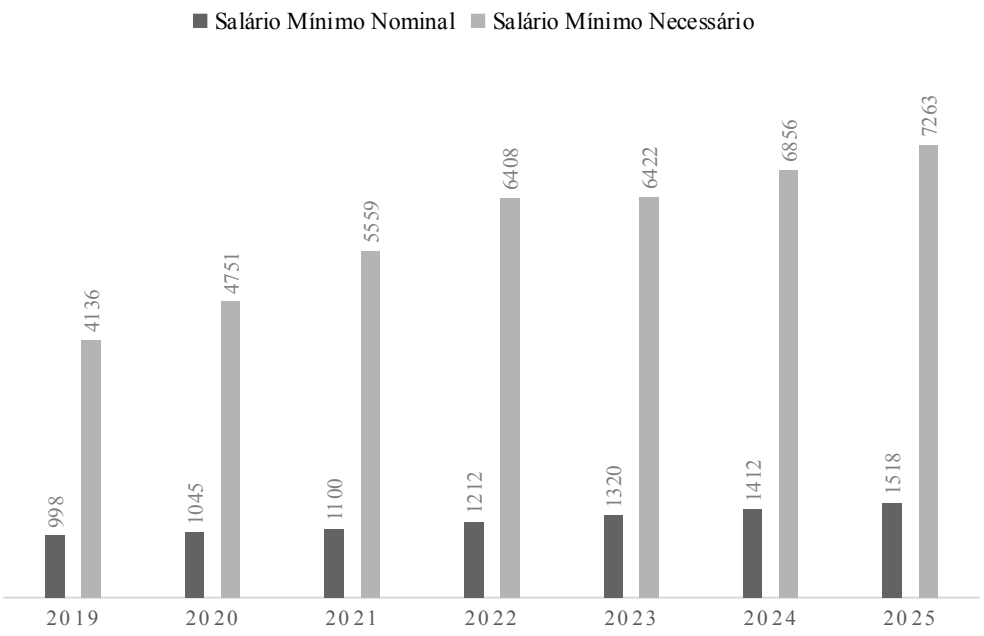
Para compreender os impactos da remuneração no poder de compra do consumidor no período destacado, faz-se necessária a análise da capacidade do salário mínimo nacional de garantir a reprodução da força de trabalho, bem como da disparidade entre o salário nominal e o necessário para atender às necessidades básicas do trabalhador, especificadas na Constituição Federal.

Dessa forma, a Figura 1 ilustra a evolução do salário mínimo brasileiro entre 2019 e 2025, demonstrando que, embora o salário mínimo nominal tenha apresentado uma trajetória de crescimento contínuo em termos absolutos (passando de R$ 998 em 2019 para R$ 1.518 em 2025), o hiato em

relação ao valor necessário estimado pelo DIEESE permaneceu expressivo. Nesse contexto, o gráfico revela a insuficiência do salário mínimo nominal para atingir os preceitos constitucionais, que estabelecem que a remuneração deve ser capaz de suprir as necessidades vitais básicas e o sustento digno do trabalhador e de sua família.

Em 2019, o salário necessário correspondia a cerca de 4,1 vezes o nominal. Em 2025, essa relação elevou-se para aproximadamente 4,7 vezes, com o necessário atingindo R$ 7.263 e o nominal R$ 1.518. Esse comportamento evidencia o caráter estrutural da disparidade entre as duas variáveis, demonstrando que o hiato distributivo não apenas persiste, mas se intensificou ao longo do período.

Figura 1. Evolução do salário mínimo brasileiro, em reais, 2019 a 2025.



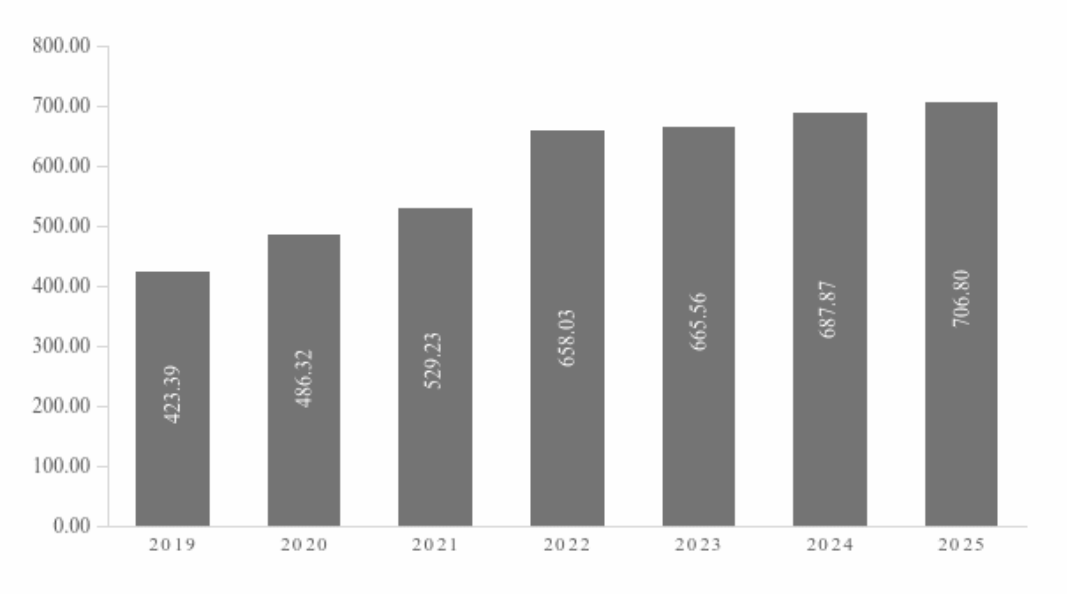
Fonte: DIEESE, 2026.

Conforme instituído pelo Decreto-Lei nº 399/38, a cesta básica de alimentos estabelece a quantidade mínima de insumos necessária para o sustento do trabalhador. Para analisar a evolução desse custo no período estudado e compreender como o poder de compra das famílias foi afetado, a Figura 2 apresenta a trajetória do preço médio da cesta no Brasil entre 2019 e 2025.

Revela-se, portanto, por meio da análise do gráfico, que o custo dos alimentos apresentou uma alta expressiva em um curto intervalo de tempo. O valor médio da cesta, que em 2019 era de R$ 423,39, saltou para R$ 658,03 em 2022. Essa alta (um aumento de mais de 55% em apenas três anos) foi impulsionada principalmente pelos choques de oferta e pelas pressões inflacionárias do período pandêmico. O preço seguiu em trajetória de crescimento após 2022, embora de forma mais moderada,

atingindo o patamar máximo de R$ 706,80 em 2025. Esse encarecimento constante demonstra, contudo, o peso crescente da alimentação frente ao salário mínimo nominal, indicando uma pressão inflacionária direta sobre o orçamento do consumidor.

Figura 2. Evolução do preço médio da cesta básica (nacional) em reais, 2019 a 2025.



Fonte: DIEESE, 2026.

Em relação ao custo da cesta básica local, a Figura 3 ilustra o comportamento mensal da cesta em Feira de Santana durante os anos de 2019 a 2025. Ao analisar o gráfico, nota-se claramente o impacto da pressão inflacionária e o efeito da pandemia do Covid-19 nos preços dos alimentos nos mercados feirenses.

A análise parte de junho de 2019 (linha laranja), ano em que a cesta apresentava os seus menores valores, não ultrapassando R$ 350,00. Posteriormente, como evidencia a linha azul clara, em 2020, há uma mudança de patamar, assim como em 2021 (linha verde clara), em que os deslocamentos fixaram o valor da cesta acima de R$ 400,00, refletindo o efeito da pandemia nas cadeias de suprimentos e no aumento global dos custos dos itens alimentícios.

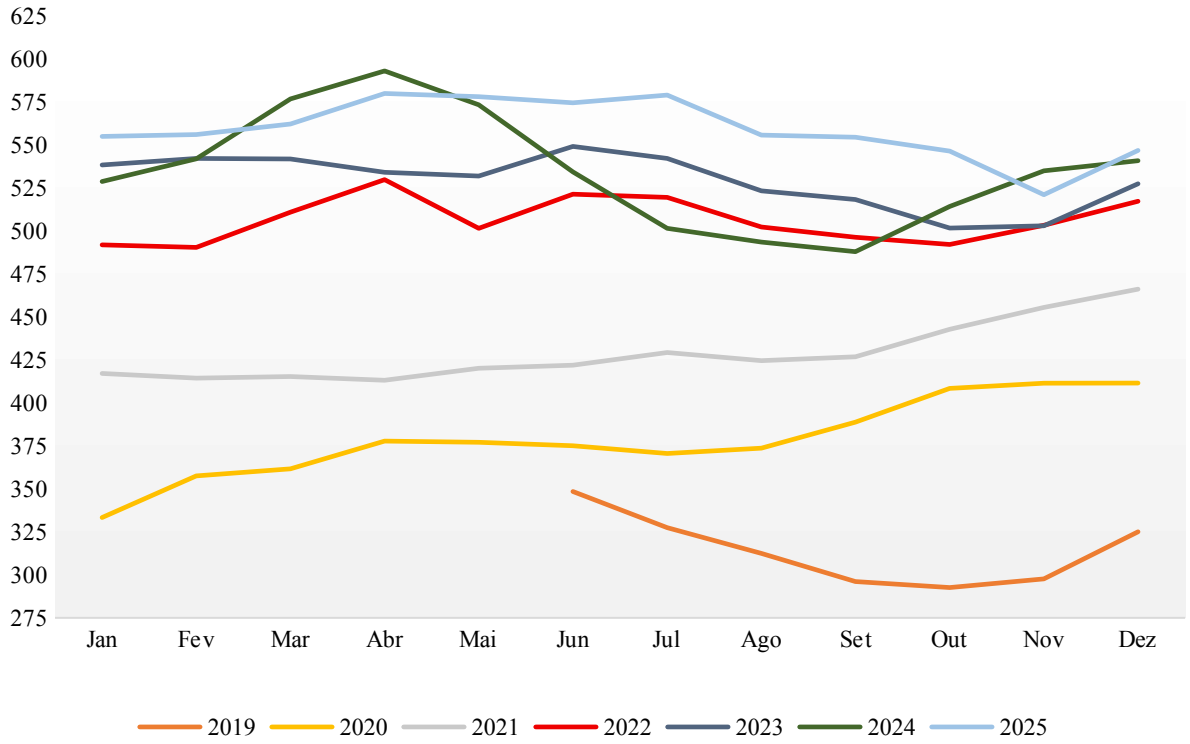
Ainda nesse cenário, nos períodos de 2022 a 2024, é possível observar o pico inflacionário, em que as linhas vermelha, azul escuro e verde escuro ocupam o topo do gráfico. É nesse período que ocorre o maior valor registrado durante os anos analisados, R$ 592,95, observado em abril de 2024.

Já no ano de 2025 (linha rosa), os dados mostram que a pressão inflacionária sobre os alimentos tendeu a se manter severa, principalmente no primeiro semestre, onde os valores ficaram muito próximos aos patamares elevados de 2024. Somando a análise, nota-se que as linhas se elevam durante

alguns meses dos primeiros semestres, sugerindo um padrão sazonal que influenciou nos preços dos alimentos.

Diante desse cenário, o encarecimento dos bens da cesta provocou impactos no orçamento do trabalhador, especialmente aquele que recebe a remuneração mínima e despende uma parcela expressiva dela com a alimentação. Essa realidade força o consumidor a ajustar seus ganhos, muitas vezes optando por produtos de menor qualidade, o que afeta diretamente a segurança alimentar, ou renunciando a gastos essenciais em outras áreas, como educação, saúde e lazer. As flutuações e os patamares elevados observados na Figura 3, portanto, demonstram as limitações do rendimento mínimo nominal frente às necessidades reais de consumo em Feira de Santana.

Figura 3. Evolução mensal do custo da cesta básica em Feira de Santana (BA) de 2019 a 2025.

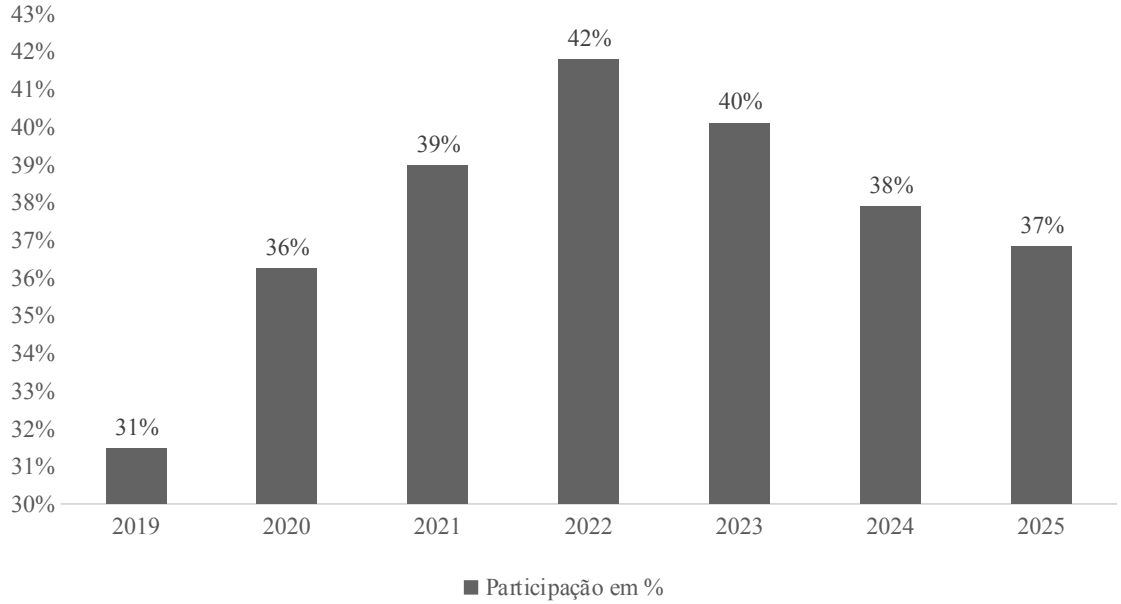


Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A análise da Figura 4 permite mensurar o grau de comprometimento do salário mínimo nominal em relação às necessidades alimentares básicas em Feira de Santana. Observa-se que, no período pré pandemia (2019), a cesta básica correspondia a 31% da remuneração mínima vigente, contudo, esse grau apresentou um crescimento acentuado, ilustrando a corrosão do poder de compra. O auge do comprometimento foi atingido em 2022, quando o trabalhador local precisou despender 42% de sua renda total apenas com a alimentação.

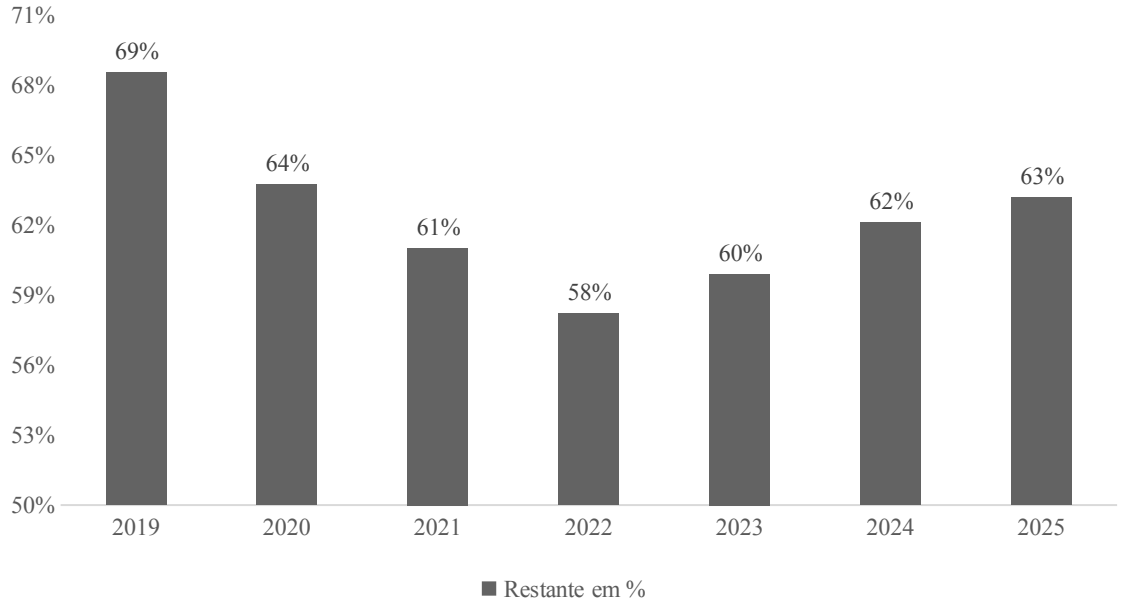
Sob essa ótica, a Figura 5 evidencia a consequência desse aumento. O encolhimento do percentual restante percebido compromete outras despesas essenciais. No ano de 2022, restaram apenas 58% do salário para custear habitação, saúde, educação e transporte, o menor patamar de todo o recorte temporal analisado. Tal cenário corrobora as discussões de que o encarecimento dos alimentos força o consumidor a renunciar a gastos em outras áreas para garantir o padrão mínimo de vida.

Figura 4. Participação do custo médio anual da cesta básica em Feira de Santana (BA) no salário mínimo nacional de 2019 a 2025.



Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Figura 5. Porcentagem restante no salário do trabalhador de 2019 a 2025.

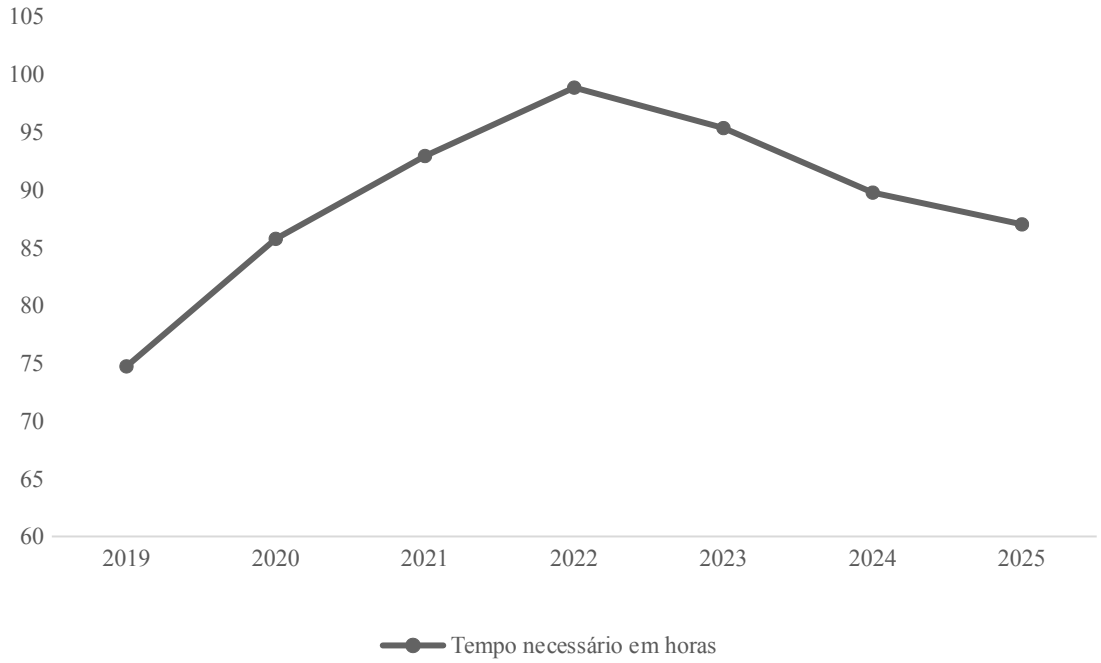


Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Somado a esse cenário, ao converter o custo financeiro para o esforço laboral, a Figura 6 revela o impacto na jornada de trabalho necessária para a aquisição da cesta. Utilizando a métrica de 220 horas mensais, nota-se que, em 2019, o trabalhador feirense necessitava de aproximadamente 69 horas de serviço para a obtenção da cesta básica. Com o choque inflacionário e os demais efeitos do período pandêmico, esse esforço foi gravemente ampliado, ultrapassando as 90 horas em 2022.

Este salto de mais de 20 horas de trabalho adicionais para adquirir o mesmo conjunto de bens reflete a rigidez do consumo de itens essenciais. Como a demanda pelos itens essenciais, como os alimentos, é inelástica, o trabalhador encontra-se em uma posição de dependência, sendo obrigado a absorver a alta dos preços. Embora os valores de 2025 indiquem uma leve diminuição para as 80 horas, o patamar permanece significativamente superior ao observado no início da série, evidenciando que a recuperação da qualidade de vida do trabalhador ainda enfrenta problemas estruturais no cenário pós-pandemia.

Figura 6. Tempo de trabalho necessário correspondente à cesta básica em Feira de Santana (BA) de 2019 a 2025.

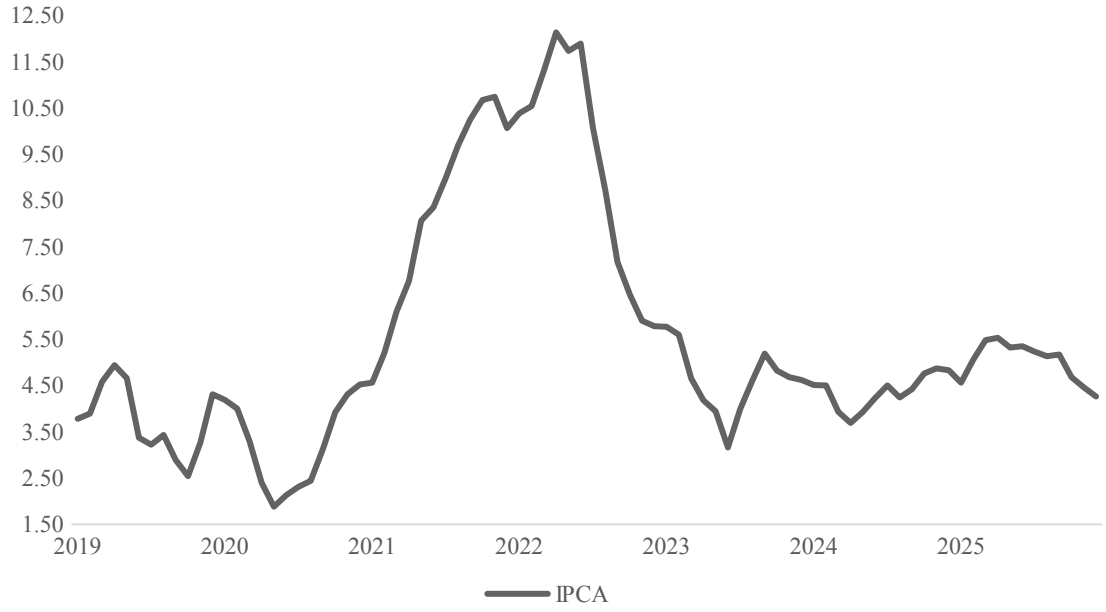


Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Para analisar os fenômenos que impulsionaram os cenários descritos anteriormente, faz-se indispensável examinar o comportamento do principal indicador da inflação do país, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Conforme discutido anteriormente, cabe à autoridade monetária o controle da liquidez e a busca pela estabilização da economia, utilizando as projeções do IPCA para estabelecer políticas que minimizem os impactos da perda de poder de compra na renda da população.

Dessa maneira, a Figura 7 registra a trajetória do IPCA acumulado em 12 meses ao longo do período analisado, evidenciando a expressiva alta inflacionária que atingiu a economia brasileira. Nota-se que, após uma relativa estabilidade em níveis baixos entre 2019 e parte de 2020, o índice inicia uma ascensão motivada pelos efeitos provocados pela pandemia da Covid-19. O ponto mais elevado dessa alta é registrado ao longo do ano de 2022, quando o indicador atinge um pico superior a 12%, revelando a gravidade dos problemas estruturais e dos choques de oferta que pressionaram os preços. Embora o IPCA tenha registrado queda a partir de 2023 e continuado em níveis mais baixos até 2025, as consequências das altas nos preços seguiram presentes na economia.

Figura 7. IPCA acumulado em 12 meses, período de 2019 a 2025.



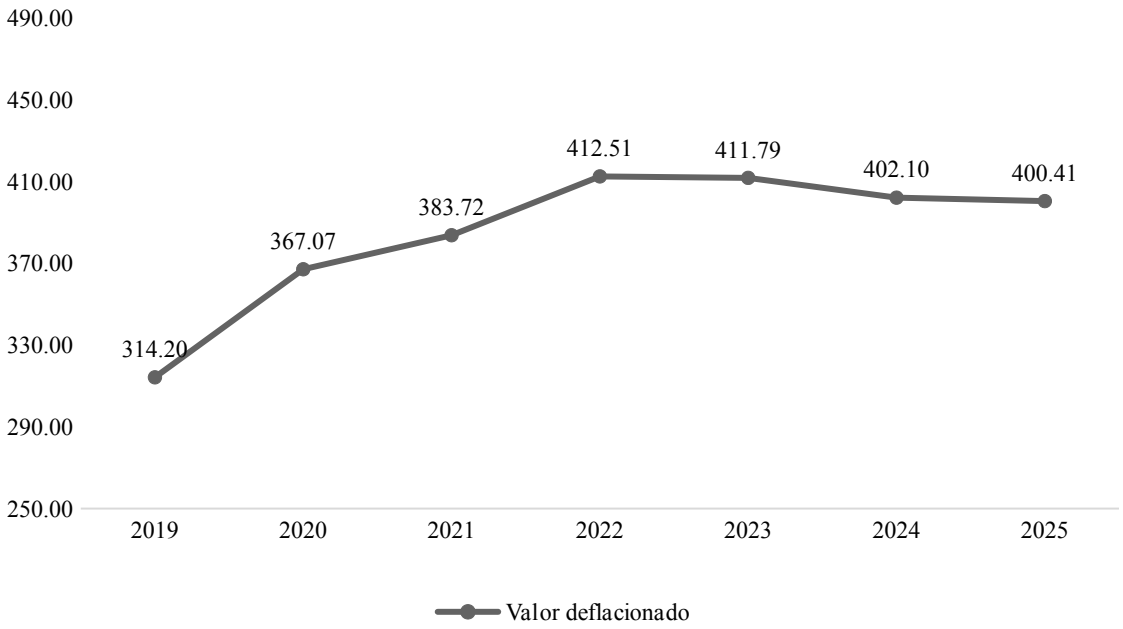
Fonte: IBGE, 2026.

Conformemente, além da análise da inflação geral medida pelo IPCA, faz-se importante mensurar o real encarecimento dos itens da cesta local. Diante disso, a Figura 8 apresenta o valor médio anual da cesta básica feirense deflacionado, adotando o ano de 2019 como base. A importância de analisar a série deflacionada reside em identificar se a perda do poder de compra decorreu apenas do processo inflacionário generalizado ou se os alimentos sofreram um aumento real de preço.

Os dados revelam que, mesmo eliminando o efeito da inflação oficial através do deflacionamento, o custo real da cesta básica em Feira de Santana sofreu uma elevação duradoura. O valor real médio da cesta, que era de R$ 314,20 em 2019, teve aumentos consecutivos até atingir o ponto máximo de R$ 412,51 em 2022, um acréscimo real maior que 31% no valor despendido exclusivamente com alimentação básica. Nos anos seguintes, 2023 a 2025, apesar do recuo observado

no IPCA geral (ilustrado pela Figura 7), o valor deflacionado da cesta básica apresentou uma resistência para baixar, estabilizando-se e encerrando o período estudado fixado em R$ 400,41.

Figura 8. Valor da cesta básica feirense médio anual deflacionado, ano base 2019.



Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

O comportamento conjunto das figuras confirma que a cesta básica de alimentos local não apenas foi impactada pela inflação do país, mas se configurou como um dos principais fatores de perda do poder de compra das famílias, sofrendo um grande aumento de preço relativo. Demonstra-se, assim, o aspecto estrutural e persistente da perda de bem-estar do trabalhador feirense de baixa renda no cenário pós-pandemia, uma vez que o custo real do consumo alimentar se consolidou em um patamar significativamente superior àquele observado no início do período analisado.

Nessa perspectiva, a expressiva parcela da renda despendida com os alimentos gera um alto custo de oportunidade para as famílias de baixa renda em Feira de Santana. Ao destinar uma fatia expressiva do orçamento familiar, o trabalhador é forçado a renunciar a outros segmentos essenciais assegurados pela Constituição, como habitação de qualidade, saúde preventiva, transporte e lazer. Essa restrição orçamentária reduz a liberdade de escolha, impactando na qualidade dos itens, ademais, a necessidade de subsistência limita o acesso a bens e serviços que promovem o bem-estar social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender de que maneira as oscilações nos preços dos alimentos e a inflação impactaram nas condições de vida e no poder de compra da população feirense. A pesquisa

enfrentou algumas limitações devido à ausência de dados específicos relativos ao ano de 2019, contudo, essa lacuna não inviabilizou as análises e o alcance das conclusões referentes ao período de 2019 a 2025.

A análise dos dados durante os anos evidenciou que, embora o salário mínimo nominal tenha apresentado crescimento, o hiato em relação ao salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE cresceu de forma estrutural, demonstrando a insuficiência do salário mínimo para cumprir o papel previsto na Constituição de garantir o sustento básico da família. Esse cenário foi agravado pelos choques de oferta e pressões inflacionárias decorrentes da pandemia da COVID-19, período no qual o custo nominal e real da cesta básica sofreu aumentos sucessivos e acentuados, atingindo picos históricos de comprometimento do orçamento e de esforço exigido do trabalhador, que chegou a precisar de mais de 90 horas mensais de trabalho apenas para adquirir alimentos em 2022.

Mesmo com a queda posterior do IPCA geral e a estabilização observada no cenário pós-pandemia, a análise da série deflacionada comprovou que os preços locais dos alimentos demonstraram rigidez para baixar, fixando-se em um custo médio superior ao do início do período analisado. Diante de uma demanda inelástica por itens de subsistência e da Lei de Engel, as famílias de menor renda encontram-se em uma posição de dependência e vulnerabilidade, sendo forçadas a despender a maior parte de seus recursos com despesas básicas de sobrevivência.

Portanto, conclui-se que o aumento persistente da cesta básica em Feira de Santana impõe um elevado custo de oportunidade, reduzindo a margem do salário destinada a outros segmentos constitucionais indispensáveis, como educação, saúde, habitação e capacitação profissional, e restringindo a liberdade de escolha do consumidor. Ao comprimir a renda disponível, o cenário não apenas perpetua riscos à segurança alimentar local, priva a população de atingir integralmente os meios e os fins do desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O Banco Central e a inflação**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao. Acesso em: 23 mar. 2026.

BRASIL. Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

BRASIL. Ministério da Economia. Auxílio Emergencial (AE). Disponível em: https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/auxilio-emergencial-ae. Acesso em: 25 fev. 2025.

CONTADOR, C.R. Crescimento econômico e o combate à inflação. Revista Brasileira de Economia, v. 31, n. 1, p. 131-168, 1977.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DE SOUZA COSTA, L *et al.* Análise do comportamento da cesta básica de alimentos em Cascavel PR durante a pandemia da Covid-19. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, v. 23, n. 44.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Metodologia da Cesta Básica Nacional – Versão preliminar. 1993. Disponível em: https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf. Acesso em: fev, 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota à Impressa. Disponível em: https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf. Acesso em: fev, 2025.

GALINDO, E; TEIXEIRA, M. A; ARAÚJO, M; MOTTA, R; PESSOA, M; MENDES, L; RENNO, L. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. 2. ed. Berlin: Freie Universität Berlin, 2022. (**Food for Justice Working Paper Series**, n. 4). Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813.2. Acesso em: 10 abr. 2026.

HIGINO, L. G. D. Impacto da inflação no poder de compra e a desvalorização da moeda. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 12, p. 22–44, 2021. DOI: 10.51473/rcmos.v1i1.2022.196. Disponível em: https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/196. Acesso em: 23 mar. 2026.

HOFFMANN, R. Elasticidades-renda das despesas e do consumo de alimentos no Brasil em 2002-2003. In: SILVEIRA, Fernando Gaiger *et al.* (org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília, DF: Ipea, 2006. v. 1. p. 463-484. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/19406. Acesso em: 03 abr. 2026.

LACERDA, A. C de *et al.* Economia Brasileira. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MALUF, R. S. Comer em tempos de pandemia e após. Jornal GGN, 03 abr. 2020. Disponível em: . Acesso em: 23 fev. 2025.

MORAIS, L. C; NERY, V. P; KUBO, M. H; HOECKEL, P. H; SILVA, J. G. INFLAÇÃO, CUSTO DA CESTA BÁSICA E A PANDEMIA DE COVID 19: uma análise de dados em painel. **Encontro**

Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), *[S. l.]*, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/16082. Acesso em: 22 abr. 2026.

SAMPAIO, A. V; WEISS, M. A. Inflação brasileira a partir do advento da pandemia e as limitações do regime de metas de inflação: uma abordagem pós keynesiana. **Cadernos do Desenvolvimento**, *[S. l.]*, v. 17, n. 33, p. 130–172, 2023. Disponível em: https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/636. Acesso em: 9 abr. 2026.

SANTANA, J. M. *et al.* Enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional em municípios baianos no contexto da pandemia da Covid-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 17, p. e61924-e61924, 2022.

SANTOS, M. R. D.; FRANKLIN, L. D.; SOUZA, F. O. D. Inflação de alimentos e suas implicações na composição da cesta básica nos últimos quatro anos. Revista F&T, 2023. Disponível em https://doi.org/10.5281/zenodo.7855179. Acesso em: 20 mar. 2026.

SANTOS, S. M. C. Enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional em municípios baianos no contexto da pandemia da Covid-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, p. e61924, 2022. DOI: 10.12957/demetra.2022.61924. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/61924. Acesso em: 10 abr. 2026.

SILVA, P. A. T. Análise da cesta básica no município de Santana do Ipanema e sua relação com o desenvolvimento. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Curso de Economia. Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2015.

TRICHES, D.; DA ROSA FURLANETO, A. V. Análise comparativa dos indicadores que medem a inflação na economia brasileira. Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 16, n. 1 (27), 2005.